

# CADERNO DE PROVAS ESCRITAS

11 de setembro de 2016

## SERVIÇO SOCIAL

EDITAL nº. 001/2016 – ESMARN  
 PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE  
 ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RN  
 ESTAGIÁRIO

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas **caneta** esferográfica com material transparente com tinta na cor **azul ou preta**.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá **duração** máxima de **3 (três) horas**, incluindo o tempo para responder a todas as questões do Caderno de Provas e preencher a Folha de Respostas.
- Confira, com máxima atenção, o Caderno de Provas, observando o número de questões contidas e se há defeito(s) de encadernação e/ou de impressão que dificultem a leitura.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

PROVA	NÚMERO DE QUESTÕES	TOTAL DE PONTOS
Prova Objetiva de Língua Portuguesa	10	100
Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos	40	
<b>TOTAL DE QUESTÕES</b>	<b>50</b>	

- Para cada questão de múltipla escolha, há apenas **1 (uma) opção** de resposta correta.
- Confira, com máxima atenção, se os dados (nome do candidato, inscrição, número do documento de identidade e vaga de estágio) constantes na Folha de Respostas estão corretos.
- Em havendo falhas na Folha de Respostas, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
- A Folha de Respostas não poderá ser dobrada, amassada ou danificada. Em hipótese alguma, será substituída.
- Assine a Folha de Respostas no espaço apropriado.
- Transfira as respostas para a Folha de Respostas somente quando não mais pretender fazer modificações.
- Não ultrapasse o **limite dos círculos** na Folha de Respostas das Questões de Múltipla Escolha.
- Ao retirar-se definitivamente da sala, **entregue a Folha de Respostas ao fiscal**.

NOME COMPLETO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

## QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA

AS RESPOSTAS DESTAS QUESTÕES DEVERÃO SER ASSINALADAS NA FOLHA DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA.

### LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

#### ‘Está no livrinho?’

Carlos Ayres Britto  
Jurista, foi presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)  
e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

O genial brasileiro Tobias Barreto (1838-1889) era contundente com os pseudointelectuais que “se achavam”, falemos assim. Ia na jugular dos escritores que não se davam conta do mico em que habitualmente incidiam com suas análises e teorizações de fundo de quintal. Fruto de uma visão de mundo que não era senão a mais rasteira cumplicidade entre o provincianismo colonial brasileiro e os balofos privilégios da monarquia igualmente brasileira, com o seu acabrunhante séquito de patriarcalismo, racismo, patrimonialismo, compadrio, nepotismo, fisiologismo, autoritarismo, soberba, cartorialismo e o tão renitente quanto ilícito enriquecimento privado à custa do erário. Donde resultou o conhecido trocadilho do padre Antônio Vieira (1608-1697): “Os governadores chegam pobres às Índias ricas e retornam ricos das Índias pobres”.

Pois bem, Tobias sapecava em tais personagens o rótulo de “figuras caricatas”. Encarnação do “baixo cômico”. Retrato não muito distante do que hoje é apelidado, já na esfera política nacional, de baixo clero parlamentar, que, no entanto, cresceu nas últimas eleições e tem influenciado o desempenho dos governantes centrais do País. Vale dizer, Legislativo e Executivo mais e mais se têm inclinado a confundir presidencialismo de coalizão programática (válido mecanismo de governabilidade por aproximação ideológica de forças) com presidencialismo de cooptação fisiológica (espúrio mecanismo de governabilidade mercadológica ou pela troca de favores redutíveis a pecúnia e empoderamento pessoal). Visão equivocada de exercício do poder, porquanto cumulativamente antiética e distanciada da voz ideológica das urnas. Ambas as instâncias estatais a tomar gosto no ofício de apenas representar que representam o povo. Espécie de feudal aparelhamento do Estado para a impudente festa (diria o poeta Castro Alves) do loteamento de ministérios de “porteiras fechadas” e do abocanhamento individual-parlamentar de dotações orçamentárias. Este último adocicadamente chamado de “orçamento imperativo”, que outra majoritária destinação não costuma ter senão a de custear mal disfarçados quadros oficiosos de pessoal e organizações civis de questionável préstimo coletivo. Quando não “fantasmas”, no plano dos fatos.

É isso. É tal provinciana atmosfera mental de troca de favores pessoais e fidelização de viés partidário meramente utilitarista que habitua os agentes políticos do País a mal servir às respectivas instituições. Tanto quanto estas a desservir às respectivas finalidades. Modo de ser e de agir que tende a perpetuar um distorcido conceito social de governabilidade. Duplamente distorcido, porquanto contrário à vontade objetiva da Constituição e indutor de uma subjetiva resignação do povo quanto à impossibilidade popular de transformação das coisas. Donde a mais visível percepção de falta de unidade qualitativa na formação dos quadros ministeriais do Poder Executivo da União, nos últimos tempos, independentemente de quem esteja à testa desse Poder. Mais nítida percepção de que os governantes centrais do país tendem a enxergar mais os bastidores do seu entorno partidário do que o céu aberto da sociedade civil. Com o que se expõem ao gravíssimo risco de deixar de ser pontes para se tornarem muros perante essa mesma sociedade.

A saída, no entanto, é fácil. Basta cumprir a Constituição! Basta comparar com a letra e o espírito da Lei Maior do País (modo metafórico de se falar do sentido e do significado de cada norma constitucional) tudo o que se pretenda fazer como governante mesmo! Das nomeações de auxiliares à formação de bases partidárias. Do respeito à Lei Orçamentária Anual à Lei de Responsabilidade Fiscal. Das concretas políticas públicas às prioridades que para elas a Constituição mesma já estabelece, como sucede, por ilustração, com os setores do meio ambiente ecologicamente equilibrado e da educação e da saúde pública. Da proibição do preconceito contra determinados segmentos sociais às ações afirmativas do direito a reparação dos danos historicamente sofridos por eles. Da prossecução das políticas públicas de distribuição de renda aos economicamente débeis ao prestígio das instâncias estatais de cobrança de responsabilidades penais, civis

e administrativas de quantos se encarreguem ou, então, ilicitamente se apropriem de bens, valores e dinheiros públicos. Sem jamais esquecer que toda a “ordem econômica” brasileira se lastreia em dois pilares constitucionais: a livre-iniciativa dos empresários e a valorização do trabalho humano (artigo 170). Trabalho de cujo “primado” a Constituição ainda dá conta como base da “Ordem Social” igualmente brasileira (artigo 193). Numa frase, basta otimizar em concreta funcionalidade poder e pudor, inclusão social e integração institucional ou comunitária. Tudo sob o império da mais ativada cidadania e plenitude da liberdade de expressão em sentido lato.

Uma comparação ainda me parece cabível. Assim como a mais inteligente forma de ser do indivíduo é trilhar, sem nenhum desvio o caminho da honestidade, o modo mais inteligente de governar é seguir, assim, retilineamente a estrada da Constituição. Nessa perspectiva, o ser humano e todo governante deve não temer jamais polícia, Ministério Público, Poder Judiciário, Tribunais de Contas, Receita Federal, imprensa, blogs, redes sociais, e por aí vai. Côncios do dever cumprido e em paz com o seu travesseiro. O chefe do Poder Executivo tendo apenas de se perguntar se tudo o que vier a fazer “está no livrinho” a que se referia o presidente Eurico Gaspar Dutra, chefe de governo e de Estado que esteve como inquilino do Palácio do Catete entre 1946 e 1950.

Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br>>. Acesso em: 22 jul. 2016. [texto adaptado]

1. O autor revela uma visão sobre a sociedade brasileira que
  - a) se coaduna com a visão citada do escritor Tobias Barreto.
  - b) é antagônica à visão citada do escritor Tobias Barreto.
  - c) se contrapõe ao teor da citação do poeta Castro Alves.
  - d) é incompatível com a visão citada do Padre Antônio Vieira.
  - e) se alinha com a visão dos pseudointelectuais.

2. O quarto parágrafo do texto encadeia uma
  - a) conclusão do quadro descrito no parágrafo anterior.
  - b) comparação com o quadro descrito no parágrafo anterior.
  - c) explicação das informações apresentadas no parágrafo anterior.
  - d) contraposição ao quadro descrito no parágrafo anterior.
  - e) retificação de informações apresentadas no parágrafo anterior.

3. Considere o período:

Visão equivocada de exercício do poder, **porquanto** cumulativamente antiética e distanciada da voz ideológica das urnas.

A palavra em destaque é classificada como

- a) conjunção e pode ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por **uma vez que**.
- b) conjunção e pode ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por **desde que**.
- c) preposição e pode ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por **apesar de**.
- d) preposição e pode ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por **portanto**.
- e) conjunção e pode ser substituída, sem prejuízo ao sentido, por **entretanto**.

4. A ausência do acento gráfico modifica a classe gramatical de todas as palavras em
- a) pública, partidária e saúde.
  - b) fácil, válido e nítida.
  - c) rótulo, instância e questionável.
  - d) viés, pública e ministério.
  - e) rótulo, válido e pública.
5. No quarto parágrafo do texto, o principal recurso que contribui para uma maior expressividade manifesta-se pela
- a) coexistência, em frases distintas, de ideias contraditórias.
  - b) aproximação de palavras semelhantes na forma e na pronúncia.
  - c) inversão intensa da ordem convencional dos termos e das frases.
  - d) repetição, em frases distintas, de estruturas sintáticas semelhantes.
  - e) uso, em cada frase, de palavras atenuadoras de ideias negativas.
6. Considere o período:

É tal provinciana atmosfera mental de troca de favores pessoais e fidelização de viés partidário meramente utilitarista que habitua os agentes políticos do País a mal servir às respectivas instituições.

Assinale a opção que representa corretamente uma nova versão para esse período, considerando-se a flexão de número para algumas palavras que o compõem, de acordo com a norma padrão escrita do português.

- a) São tais provincianas atmosferas mentais de trocas de favores pessoais e fidelizações de viés partidários meramente utilitaristas que habituam os agentes políticos do País a mal servir às respectivas instituições.
- b) São tais provincianas atmosferas mentais de trocas de favores pessoais e fidelizações de viés partidários meramente utilitaristas que habitua os agentes políticos do País a mal servirem às respectivas instituições.
- c) São tais provincianas atmosferas mentais de trocas de favores pessoais e fidelizações de vieses partidários meramente utilitaristas que habituam os agentes políticos do País a mal servir às respectivas instituições.
- d) São tais provincianas atmosferas mentais de trocas de favores pessoais e fidelizações de vieses partidários meramente utilitarista que habituam os agentes políticos do País a mal servir às respectivas instituições.
- e) São tais provincianas atmosferas mentais de trocas de favores pessoais e fidelizações de vieses partidários meramente utilitaristas que habitua os agentes políticos do País a mal servirem às respectivas instituições.

7. Considere o trecho:

Da **prossecação** das políticas públicas de distribuição de renda aos economicamente débeis [...]

A palavra em destaque mantém relação de

- a) sinonímia com a palavra **procrastinação**.
- b) antonímia com a palavra **coalizão**.
- c) sinonímia com a palavra **condução**.
- d) paronímia com a palavra **condução**.
- e) homonímia com a palavra **procrastinação**.

8. Considere o período:

Trabalho de **cujo** “primado” a Constituição ainda dá conta como base da “Ordem Social” igualmente brasileira (artigo 193).

A palavra em destaque é um

- a) pronome possessivo, pode vir ou não antecedido de preposição e refere-se a “primado”.
- b) pronome relativo, pode vir ou não seguido de preposição e refere-se a “primado”.
- c) pronome relativo, sempre ocorre antecedido de preposição e refere-se a “Trabalho”.
- d) pronome possessivo, sempre ocorre antecedido de preposição e refere-se a “Trabalho”.
- e) pronome relativo, pode vir ou não antecedido de preposição e refere-se a “Trabalho”.

9. Considere o trecho:

[...] a **livre-iniciativa** dos empresários e a valorização do trabalho humano (artigo 170).

A flexão para o plural da palavra em destaque segue a mesma orientação normativa de

- a) guarda-sol.
- b) guarda-florestal.
- c) franco-brasileiro.
- d) porta-bagagem.
- e) mapa-múndi.

10. Assim como a palavra “jugular”, grafam-se também com a letra inicial “J”, conforme ortografia oficial da língua portuguesa, as palavras

- a) jiboia e jia.
- b) jiló e jigolô.
- c) jirino e jusante.
- d) jenipapo e jeringonça.
- e) jenuflexão e jerimum.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 11.** O Assistente Social, ao lidar com o instrumento técnico-operativo Perícia Social, sempre que for convocado a comparecer à audiência, por determinação ou solicitação de Juiz, Curador, Promotor de Justiça deverá
- prestar informações sobre quaisquer fatos, principalmente em relação aqueles presenciados ou que tomou conhecimento em decorrência de seu exercício profissional.
  - comparecer e declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional, colocando-se à disposição para depor na condição de testemunha.
  - atuar como assistente técnico, estando sujeito a prestar compromisso ou ser inquirido de suspeição ou impedimento.
  - restringir-se a prestar esclarecimentos, formular sua avaliação e emitir suas conclusões sempre de natureza técnica.
  - limitar-se a fornecer informações socioeconômicas e pessoais sobre usuários produzidas a partir dos fatos presenciados em seu exercício profissional.
- 12.** Na instrução social processual, a informação técnica
- é um dado final que instrui os processos e que dá fundamentação às decisões e às sentenças do Poder Judiciário.
  - analisa teoricamente o processo para subsidiar o magistrado nos casos referentes à questão social.
  - um conjunto de peças que documentam o exercício da atividade jurisdicional em um caso concreto.
  - é um item consubstanciado do processo legal, de caráter conclusivo e privativo ao assistente social nos processos que tramitam na Justiça da Família, o que garante a adoção de conhecimento técnico-científico sobre o objeto da ação judicial.
  - relata, geralmente de maneira breve, informação inicial ou complementar relacionada à ação processual, o que pode variar dependendo da dinâmica de cada espaço de trabalho e/ou instância judiciária.
- 13.** Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma das atribuições do Conselho Tutelar é
- ofertar escolarização e profissionalização das crianças e adolescentes.
  - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio em casos de liberdade assistida.
  - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
  - aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou ao adolescente.
  - diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares no regime de semiliberdade.
- 14.** No âmbito do Poder Judiciário, o relatório social é o instrumento produzido pelo assistente social
- que apresenta, de modo narrativo e explicativo, o registro de um ou mais episódios sociais, cabendo ao juiz determinar, em cada situação, o que deve ser objeto de maior detalhamento.
  - que enseja uma intervenção direta por meio de mensagem enunciada para subsidiar decisões a respeito da vida de um indivíduo ou grupo social no contexto da comunicação sociojurídica.
  - no qual constam o laudo técnico de avaliação, a caracterização das partes envolvidas, um registro detalhado do caso, depoimentos dos denunciados, metodologia utilizada na avaliação, os critérios adotados no levantamento e a análise jurisdicional.
  - no qual constam o registro do objeto de estudo, a identificação dos sujeitos envolvidos e um breve histórico da situação, a finalidade à qual se destina, os procedimentos utilizados, os aspectos significativos levantados na entrevista e a análise da situação.
  - no qual se apresenta uma medida de estratificação social com variáveis e fenômenos facilmente mensuráveis baseada na profissão, instrução ou no rendimento.

**15.** Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), verificada a prática de ato infracional, uma das medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente pela autoridade competente é

- a) encaminhamento a tratamento psiquiátrico ou psicológico.
- b) colocação em família substituta.
- c) internação em estabelecimento educacional.
- d) inclusão em programa de acolhimento familiar, mediante determinação do conselho tutelar.
- e) suspensão ou destituição do poder familiar.

**16.** Com base no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quando é comprovada a violação ou ameaça dos direitos da criança e do adolescente por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, uma das medidas de proteção previstas para impedir a violência ou a negligência contra crianças e adolescentes é

- a) a internação em estabelecimento educacional.
- b) a obrigação de reparar o dano.
- c) o conhecimento de pedidos de adoção e seus incidentes.
- d) a reclusão em regime fechado ou semiliberdade.
- e) o acolhimento institucional.

**17.** Em seu trabalho profissional, o assistente social deve ter a clareza da importância dos elementos técnico-operativos que compõem a sua intervenção.

Considerando a dimensão técnico-operativa do Serviço Social, o estudo social é um

- a) processo metodológico específico, que tem por finalidade conhecer, de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social nos seus aspectos socioeconômicos e culturais.
- b) levantamento produzido a partir de uma visita domiciliar, pesquisa documental ou análise socioeconômica em que se dispõem recomendações e medidas de proteção para as partes envolvidas.
- c) documento em que se traça o conhecimento real do sujeito, inserido numa dinâmica social, econômica e cultural, e seu percurso de vida.
- d) prognóstico em que se registra as informações significativas, permeadas ou finalizadas com interpretação e análise técnica e psicossocial.
- e) relato escrito contendo opinião conclusiva do que foi estudado e observação sobre determinado assunto.

**18.** Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma das medidas aplicáveis aos pais ou responsável é

- a) concessão de emancipação do adolescente, nos termos da lei civil.
- b) tutela do infrator em reclusão domiciliar.
- c) perda da guarda.
- d) prestação de serviços à comunidade.
- e) internação e liberdade assistida.

**19.** Paulo, uma criança já de certa idade, encontra-se acolhida em instituição pelo Conselho Tutelar e deverá ser acolhido em família substituta, em razão da constatação de negligências praticadas por seus pais que são dependentes químicos. De acordo com o artigo 28, parágrafo segundo do ECA, para que isso aconteça, faz-se necessário o consentimento dessa criança, colhido em audiência.

Essa exigência é necessária por se tratar de uma situação que envolve criança maior de

- a) 8 anos.
- b) 9 anos.
- c) 10 anos.
- d) 11 anos.
- e) 12 anos.

**20.** Nos termos do artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar ao Conselho Tutelar casos de

- a) reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- b) reincidência de situações de indisciplina, esgotados os recursos escolares.
- c) pais que deixam de comparecer à escola para acompanhar a vida escolar dos filhos.
- d) dificuldades de aprendizagem dos alunos.
- e) alunos com baixo rendimento escolar.

**21.** O documento produzido pelo assistente social que registra o resultado de um estudo minucioso e aprofundado sobre determinada problemática que contém um parecer conclusivo acerca de uma problemática denomina-se

- a) análise socioeconômica.
- b) perícia social.
- c) laudo social.
- d) informação técnica.
- e) relatório técnico.

**22.** A realidade socioeconômica e cultural dos sujeitos que se tornam “partes” das ações processuais é a base para a construção do conhecimento da situação que se apresenta como objeto de uma ação judicial. Em várias instâncias de trabalho no Judiciário, para complementar o estudo e conhecer a realidade socioeconômica, cultural e familiar dos sujeitos envolvidos, o assistente social realiza um tipo de procedimento *in loco*, no qual ele deverá tomar o cuidado de não adotar posturas hostis ou fiscalizadoras.

Tal procedimento denomina-se

- a) informe sociojurídico.
- b) relatório social.
- c) acompanhamento social.
- d) visita domiciliar.
- e) parecer social.



**23.** Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial.

Com base no direito à profissionalização e à proteção no trabalho descrito no ECA é correto afirmar que:

- a) entende-se que o horário especial para o exercício das atividades pode extrapolar a carga horária diária para compensar ausências em períodos de avaliação escolar.
- b) ao adolescente empregado, aprendiz, poderá ser realizado o trabalho noturno, entre as vinte e duas horas de um dia e as seis horas do dia seguinte.
- c) entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.
- d) ao adolescente aprendiz cabe remuneração pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho pode desfigurar o caráter educativo.
- e) ao adolescente até dezesseis anos de idade é assegurada uma bolsa de aprendizagem pela atividade desenvolvida.

**24.** Os instrumentos utilizados pelo Serviço Social podem ser de apreensão ou de intervenção da realidade.

Constituem instrumentos de apreensão da realidade

- a) a perícia social, a entrevista, a reunião e os encaminhamentos.
- b) a observação, a perícia social, a assembleia e a reunião.
- c) a reunião, a assembleia, a observação e a perícia social.
- d) a visita domiciliar, a entrevista, a observação e a perícia social.
- e) a visita domiciliar, a entrevista, a observação e a reunião.

**25.** Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é correto afirmar:

- a) será vedado o desmembramento de grupos de irmãos consanguíneos.
- b) a falta de recursos materiais constituirá motivo para a perda do poder familiar.
- c) a guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.
- d) os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão direitos e qualificações diferenciadas de acordo com a sentença judicial.
- e) a adoção prescinde de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso.

**26.** Nos termos da Lei 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências, o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) aplicará a seguinte penalidade aos infratores:

- a) multa no valor de cinco a dez vezes a anuidade vigente.
- b) cancelamento definitivo do registro, nos casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.
- c) suspensão de até cinco anos de exercício da profissão.
- d) advertência pública em razão de falta grave.
- e) censura pública estabelecida em assembleia geral da categoria.

**27.** É utilizado no âmbito sociojurídico com a finalidade de informar, esclarecer, subsidiar, documentar um auto processual relacionado a alguma medida socioeducativa ou protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Esse instrumento denomina-se

- a) entrevista social.
- b) aconselhamento social.
- c) relatório social.
- d) atestado social.
- e) observação social.

- 28.** A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Brasil far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Uma das linhas de ação dessa política de atendimento é

- a) a participação na vida política e social, na forma da legislação vigente.
- b) o serviço de identificação e localização de pais, de responsável, de crianças e de adolescentes desaparecidos.
- c) a promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados.
- d) a inclusão nas políticas públicas de ações que visem a garantir os direitos da criança e do adolescente, desde a atenção pré-natal até atividades junto aos pais e responsáveis.
- e) o desenvolvimento de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa.

- 29.** É um procedimento técnico de caráter continuado por período de tempo determinado, no qual se faz necessário o estabelecimento de vínculo entre o usuário e o profissional.

Esse procedimento denomina-se

- a) relatório social.
- b) encaminhamento social.
- c) visita domiciliar.
- d) entrevista estruturada.
- e) acompanhamento social.

- 30.** No âmbito sociojurídico, o trabalho do assistente social visa subsidiar a decisão de juízes por meio da emissão de estudos e laudos para instrução de processos judiciais de tutela, curatela, em situações de conflitos familiares, de separações, de perda do poder familiar.

Caso o magistrado tenha sua decisão questionada por meio de recurso, ao recorrer ao assistente social para ratificá-la, caberá o uso

- a) da intervenção sociojurídica.
- b) da avaliação psicopedagógica.
- c) do processo social.
- d) do programa social.
- e) da perícia social.

- 31.** Na condução e no andamento dos trabalhos no âmbito do Serviço Social, alguns aspectos são exigidos no que concerne à atuação ético-profissional do assistente social.

Quando da aplicação dos instrumentais técnico-metodológicos no âmbito sociojurídico, um elemento fundamental dessa atuação é

- a) manter uma postura isenta de juízos e valores.
- b) agir com parcialidade nas situações em que os casos possam suscitar.
- c) dialogar com base em princípios éticos, filosóficos, teóricos e metodológicos, na direção de garantir privilégios àqueles que não possuem.
- d) usar linguagem técnica e jargões nos momentos de intervenção direta com os usuários, a fim de garantir que a comunicação profissional ocorra de modo apropriado.
- e) saber ouvir e interpretar, de modo a resolver os conflitos de imediato.

**32.** Constituem técnicas alternativas de solução de conflitos para evitar disputas judiciais e prolongamento de processos judiciais

- a) a mediação e os relatórios.
- b) a conciliação, o arbitramento e a mediação.
- c) as entrevistas, a reunião e os estudos sociais.
- d) a visita domiciliar e a conciliação familiar.
- e) as entrevistas, a reunião e a visita domiciliar.

**33.** No trabalho profissional no campo sociojurídico, o assistente social deve

- a) exercer, entre outras funções, a de perito social, com autonomia técnica e ética no exercício profissional pela garantia dos direitos.
- b) dispor, diante dos conflitos familiares, de poder decisório legal no julgamento de disputas judiciais sob sua jurisdição.
- c) buscar o conhecimento jurídico para a interpretação e aplicar a lei diante das situações e ações que envolvem direitos sociais.
- d) construir um estudo social com informações sobre o indivíduo social, com o predomínio da técnica, centrada na aparência do fenômeno.
- e) reproduzir, no parecer social, a análise da situação, referenciada por fundamentos que disciplinem os sujeitos envolvidos.

**34.** Em determinado Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Maria José, no desempenho de suas funções como assistente social, numa abordagem familiar, orientou a D. Maria dos Navegantes, idosa com 66 anos de idade, sobre o acesso ao Benefício de Prestação Continuada, preencheu o formulário e agendou perícia médica junto ao INSS.

No âmbito dessa atuação profissional e em conformidade com o Código de Ética vigente, um dos deveres do assistente social é

- a) buscar o aprimoramento profissional de forma contínua.
- b) ter liberdade de realizar seus estudos e pesquisas.
- c) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor.
- d) substituir profissional que tenha sido exonerado por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência.
- e) usufruir de situações decorrentes da relação assistente social-usuário.

**35.** A profissão de Assistente Social tem regulamentação na Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, normatizando o exercício profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Nos termos do artigo 5º dessa Lei, corresponde a uma das atribuições privativas do assistente social

- a) realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios.
- b) prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.
- c) planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais, inerentes ao exercício da profissão.
- d) realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.
- e) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

**36.** De acordo com o Código de Ética Profissional, das relações do/a assistente social com a justiça, é vedado ao assistente social

- a) aceitar a nomeação como perito e/ou atuar em perícia quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados a impedimentos ou suspeição.
- b) denunciar casos de violação, como maus tratos, torturas, discriminação, preconceito, abuso de autoridade, que promovam a ruptura de direitos humanos ou sociais instituídos na legislação vigente em razão da necessidade de preservação do sigilo profissional.
- c) pagar regularmente as anuidades e contribuições ao Conselho Regional de Serviço Social.
- d) democratizar as informações e o acesso aos programas institucionais aos usuários.
- e) empregar com transparência as verbas sob sua responsabilidade.

**37.** Nas situações em que crianças necessitam ser afastadas do convívio familiar e comunitário, a última alternativa é o encaminhamento a abrigos, em caráter excepcional e provisório, mantendo-se o objetivo de reinserção familiar.

Nesse processo, a abordagem utilizada pela equipe interdisciplinar deve

- a) afastar a família de origem, uma vez que foi avaliada como negligente e considerada culpada pela violação de direitos pela equipe de profissionais.
- b) estimular a prática de institucionalização de crianças e adolescentes, no sentido de garantir a proteção social, já que estão afastados do convívio familiar.
- c) abrigar criança e adolescente por tempo indeterminado, tendo em vista as dificuldades para a reinserção na família de origem ou substituta.
- d) priorizar o vínculo de crianças e adolescentes com seus familiares, sendo oferecida a essa família as condições dignas de vida para exercer a sua função parental.
- e) desmembrar o grupo de irmãos, vítimas de violação de direitos, para agilizar a reinserção na família de origem ou substituta.

**38.** O Código de Ética Profissional de 1993 preservou as conquistas do Código de 1986 e incorporou, a partir de amplo debate junto à categoria profissional de assistentes sociais, a concepção de constituir-se instrumento de defesa da qualidade dos serviços prestados à população, fortalecendo a identidade profissional articulada a um projeto de sociedade mais justa e democrática.

Nessa nova configuração, o assistente social

- a) estimula a participação cautelosa do usuário no processo de decisão em situações conflituosas no âmbito do cotidiano profissional.
- b) afirma seus valores ético-morais individuais nas decisões sobre as situações, na ótica dos interesses da instituição empregadora.
- c) opina pela retirada de adolescentes do convívio familiar diante da aparência de negligência familiar.
- d) defende a reclusão dos indivíduos marginalizados frente à violência desenfreada e à ruptura da proteção social dos demais cidadãos.
- e) assume uma ética profissional pautada na busca pela viabilidade dos direitos dos usuários frente a um contexto de crise do capital.

39. João Maria é assistente social da Vara da Família. Em processos de pensão alimentícia, ele faz uma abordagem pautada na conciliação familiar.

Nessa forma de resolução de conflito familiar,

- a) João Maria, o conciliador, adota uma postura positiva diante do conflito, demonstrando para as partes envolvidas os caminhos para a solução e celebrando um acordo.
- b) a conciliação foca no diálogo pacífico entre as partes envolvidas e na reflexão sobre o conflito, não havendo necessidade de firmação de um acordo.
- c) a responsabilidade pela resolução do litígio será de um terceiro, o árbitro, tendo sido escolhido pelas partes conflitantes.
- d) João Maria, o conciliador, é o responsável pela decisão do conflito, tendo em vista ser *expert* no assunto sobre o qual gira a relação jurídica em questão.
- e) a vontade das partes envolvidas é predominante na condução da decisão a ser tomada quanto à definição dos valores da pensão.

40. Para a inserção do assistente social na política de assistência social, os parâmetros de atuação são instrumentos que objetivam contribuir para fortalecer a intervenção profissional.

Com base nesses parâmetros, é correto afirmar que as competências desse profissional nesse campo abrangem uma dimensão

- a) interventiva de abordagens individuais e familiares orientada pelo atendimento psicoterapêutico a indivíduos e famílias.
- b) interventiva para a inserção nos espaços democráticos de controle social, na perspectiva de defesa do órgão gestor da política de assistência social.
- c) de gerenciamento e planejamento, priorizando o repasse de recursos às ONGs, pela execução dos serviços socioassistenciais.
- d) materializada para a sistematização de estudos e de pesquisas acerca das situações sociais consideradas como problemas pessoais
- e) de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais, na perspectiva da socialização da informação, da mobilização e da organização popular.

41. Em conformidade com os parâmetros de atuação do assistente social na política de assistência social, a definição de estratégias e o uso de instrumentais técnicos devem ser estabelecidos pelo profissional.

A esse respeito, é correto afirmar:

- a) As estratégias e o uso de instrumentais técnicos devem focalizar a prática de vivências e as trocas afetivas em uma perspectiva subjetivista.
- b) As estratégias e o uso de instrumentais técnicos não devem ser utilizados com a perspectiva de integração social, homogeneização social, psicologização dos atendimentos individuais ou das relações sociais.
- c) Há uma padronização de instrumentais a ser utilizada pelo profissional em todas as situações sociais a serem enfrentadas nos CRAS ou CREAS em decorrência da especificidade dos equipamentos.
- d) Há um privilégio ao uso particular de instrumental técnico a ser utilizado de forma específica por cada profissional que compõe a equipe multidisciplinar, sejam assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, médicos ou enfermeiras.
- e) As estratégias e os instrumentais são definidas pelo órgão gestor, não cabendo ao assistente social a autonomia para defini-los.

42. No Brasil, a inserção do serviço social no campo sociojurídico surge no final dos anos 1930, durante o processo histórico de institucionalização da profissão no país, pautada no conservadorismo.

Logo, a atuação profissional nesse período configurava-se na

- a) perspectiva de manutenção da ordem vigente e do *status quo*, restabelecendo a ordem e a harmonia entre o indivíduo e o meio social.
- b) perspectiva crítico-dialética, em que a solução dos conflitos está na transformação social.
- c) perspectiva crítico-radical do direito positivo, que impõe a defesa dos interesses da classe dominante.
- d) defesa sistemática dos direitos violados, por meio do uso de instrumentação respaldada por princípios éticos e políticos.
- e) implementação de práticas favoráveis aos interesses e à autonomia das classes populares.

43. O trabalho profissional do assistente social no campo sociojurídico apresenta requisições que se produzem em documentos, sejam relatórios, estudos e laudos sociais, na condição de subsídios para as decisões judiciais.

Nesse caso, o assistente social deve

- a) adotar uma postura a serviço da vigilância e da disciplinamento dos comportamentos dos indivíduos, emitindo julgamento moral em prol da ressocialização.
- b) romper com a lógica da judicialização e da criminalização de indivíduos, indicando alternativas que envolvam o indivíduo, a família e a sociedade.
- c) considerar os aspectos e as condutas individuais, emitindo opiniões e pareceres com foco nas personalidades presentes nos grupos sociais.
- d) descobrir a identidade dos autores de violência contra crianças e pessoas com deficiência para puni-los e encarcerá-los como medida protetiva junto às vítimas e à sociedade.
- e) realizar exames criminológicos em apenados, com base em uma avaliação comportamental e moral da conduta do indivíduo na prisão.

44. No âmbito do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no atendimento às famílias, a assistente social Suely da Silva é informada sobre a gravidez precoce de Talita, filha mais nova da Sr.<sup>a</sup> Maria da Conceição, com 13 anos de idade.

Numa abordagem de trabalho interdisciplinar, a situação

- a) requer práticas individuais por categoria profissional, com compartilhamento de todas as informações coletadas.
- b) pressupõe uma abordagem clínica, em que os profissionais devem garantir a integração social da adolescente e de sua família sem a interface com outras políticas públicas.
- c) prescinde de encaminhamentos junto ao sistema de garantia de direitos, pois compete à política de assistência social, por meio dos serviços socioassistenciais, a proteção social integral a família.
- d) demanda ser tratada em equipe, de modo a reforçar que o enfrentamento das desigualdades estruturais se dá pela resolução de problemas de cada indivíduo.
- e) deve ser orientada pela perspectiva de totalidade, ou seja, situar a adolescente no contexto das relações sociais, promovendo discussões coletivas e resguardando o sigilo profissional.

**45.** No contexto de uma situação de ruptura do vínculo conjugal, os pais devem decidir sobre pensão, guarda, dias e horários de visitação, escola dos filhos, entre outros.

Nesse sentido, uma das formas alternativas para a resolução dos conflitos é a mediação familiar, um procedimento em que o mediador

- a) poderá atuar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a conflito em que já tenha atuado.
- b) restabelece a comunicação e o diálogo entre os pais, em nível razoável, para reestruturar a vida e planejar a formação dos filhos.
- c) tem como objetivo principal fazer com que os pais cheguem a um acordo, priorizando os interesses da parte que julgar mais prejudicada e direcionando a resolução do conflito familiar.
- d) deve intervir, julgar, aconselhar e estabelecer penalidades para as partes envolvidas, decidindo o conflito.
- e) busca a negociação, interagindo ou sugerindo soluções para o litígio junto às partes envolvidas.

**46.** São princípios da mediação familiar:

- a) imparcialidade do mediador, formalidade, confiabilidade, empatia e isonomia entre as partes.
- b) isonomia entre as partes, confidencialidade, voluntariedade, confiabilidade e empatia.
- c) informalidade, voluntariedade, confiabilidade, empatia e busca do consenso.
- d) oralidade, informalidade, busca do consenso, confidencialidade e boa-fé.
- e) neutralidade, oralidade, assimetria entre as partes, busca do consenso e voluntariedade.

**47.** A família, como toda e qualquer instituição social, vem apresentando uma diversidade de arranjos, gerando novas concepções e elaboração de legislações que acompanhem essas significativas mudanças.

No que se refere à noção de cuidado com os filhos, identifica-se uma nova tendência da família contemporânea, marcada pelo destaque

- a) à maternidade, destinando às mulheres o cuidado e a criação dos filhos por ter um instinto materno.
- b) à dissolução dos modelos de paternidade e maternidade, em razão do surgimento de novos arranjos familiares.
- c) à paternidade, com o maior envolvimento do pai na educação e no cuidado com os filhos de qualquer faixa etária.
- d) ao grupo, pois todos da comunidade compartilham a criação dos filhos pela lógica da partilha e da solidariedade.
- e) ao provedor, na qual o homem amplia sua função de garantir o sustento, a segurança e os valores morais para a família.

- 48.** No sentido de promover o direito à convivência familiar e comunitária junto a crianças e a adolescentes, experiências exitosas vêm sendo realizadas no Brasil.

Assim, os profissionais que atuam nessas iniciativas devem

- a) considerar a família inadequada para a convivência diante de situações de negligência, tais como, quadro de violência, dependência química e enfermidades crônicas.
- b) realizar uma abordagem de retirada imediata das ruas, com ajuda policial, das famílias que se encontram em situação de rua.
- c) oferecer apoio sociofamiliar à família em situação de vulnerabilidade social, articulando a rede de serviços para os devidos encaminhamentos.
- d) considerar a situação de pobreza como determinante das manifestações de violação em situações adversas de violação de direitos.
- e) manter distanciamento da família de origem quando houver a inserção de criança em família acolhedora.

- 49.** Paulo, assistente social, foi designado perito social para avaliar uma situação de risco à proteção de uma criança de oito anos de idade.

Na formulação do estudo social requerido, deve ser considerado

- a) a criança como indivíduo social, com o predomínio da análise dos fatores internos ou subjetivos.
- b) o conhecimento das condições de vida da criança e de sua família, num contexto de totalidade social.
- c) o uso de metodologia operacional do serviço social para casos individuais, desdobrado do estudo, do diagnóstico e do tratamento.
- d) o modelo de família nuclear, pautado no referencial da doutrina social, dos valores e da moral de inspiração religiosa.
- e) a valorização do homem e da sociedade na perspectiva de adaptação, de integração e de participação no contexto social.

- 50.** Ana Maria, assistente social, foi nomeada para atuar no sistema prisional na perspectiva de realizar desde a avaliação social dos apenados e suas famílias até a articulação com os movimentos sociais que lutam pelos direitos humanos.

Assim, constitui competência do assistente social

- a) fiscalizar o exercício profissional por meio dos conselhos federal e regionais.
- b) realizar estudos socioeconômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
- c) desenvolver ações filantrópicas com foco na realização de trabalhos voluntários por parte dos apenados, promovendo a integração entre si, com suas famílias e a comunidade circunvizinha.
- d) supervisionar estagiários de Serviço Social ou de outras áreas que atuem no campo sociojurídico.
- e) administrar, privativamente, programas e projetos sociais voltados para a articulação do sistema prisional com a sociedade.